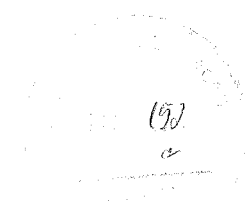




ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025 - SEMED
PROCESSO ADM. Nº006/2025 - SEMED

A Secretaria Municipal de Educação torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, a qual será conduzido pela Agente de Contratação/Pregoeira designada nos termos da Portaria nº 036/2025 de 06 de janeiro de 2025, auxiliada pela equipe de apoio também designada formalmente, para a escolha da proposta mais vantajosa, constituindo o objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE LIMOEIRO DO NORTE**, observadas as normas e condições igualmente estipuladas neste instrumento e seus anexos, bem como as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, na Lei Federal 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados).

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 6.741.199,52 (seis milhões, setecentos e quarenta e um mil, cento e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 06/03/2025 às 09hs (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço global

MODO DE DISPUTA: Aberto

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE LIMOEIRO DO NORTE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

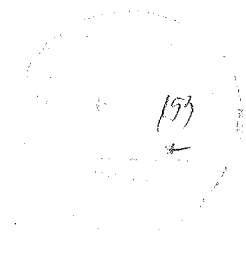
1.1.2. A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município



na Plataforma de Licitações Eletrônicas Licita Mais Brasil – www.licitamaisbrasil.com.br .

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será garantido às licitantes enquadradas como microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério de desempate, preferência de contratação, de acordo com o previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em seu Capítulo V – DO ACESSO AOS MERCADOS/Das Aquisições Públicas e Lei Municipal nº 10.350, 28 de maio de 2015; no Decreto nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016 (atualizado).

2.6. Tratando-se de microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, e que não se encontram em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar em campo próprio no sistema eletrônico o exercício do direito de preferência previsto em Lei.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º, do art. 9º, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

155
4

comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.9.2 e 2.9.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.9.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. A licitante deverá apresentar **DECLARAÇÃO (MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO - ANEXO IV)** e, inclusive, na qualidade de eventualmente contratado, observará e fará observar por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação,



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

157

o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. O licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

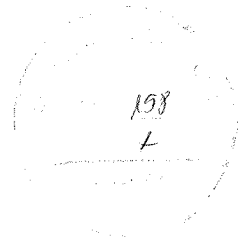
3.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município



desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor do quilômetro, multiplicado pela quantidade total de cada item de cada lote;

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Na elaboração da Proposta, o preço cotado poderá ultrapassar o valor de referência da presente licitação discriminado no **TERMO DE REFERÊNCIA** presente nos autos do processo em epígrafe. Entretanto, na fase de disputa de lances, o lance final deverá atingir preço inferior ou igual ao limite máximo constante do **TERMO DE REFERÊNCIA**. Caso não seja realizada a disputa de lances, a licitante que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor inferior ou igual ao limite máximo acima especificado

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar no recolhimento de tributos em percentuais variáveis, no momento dos pagamentos, deverão ser retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas;

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será vedada a identificação da licitante, por qualquer meio ou forma, antes da etapa de lance.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

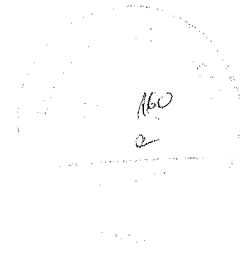
5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município



Contratação/Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado levando em consideração o valor do quilometro de cada item dos lotes.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme inserido na plataforma.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

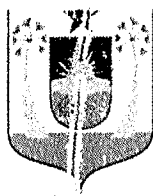
5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.15. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 13.735/2016.

5.15.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.15.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.15.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

5.15.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.16. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.16.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.16.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.16.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.16.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.16.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.16.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.16.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.16.2.2. Empresas brasileiras;

5.16.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.16.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a



163

ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

contratação, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.17.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.17.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.17.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.17.4. O Agente de Contratação/Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

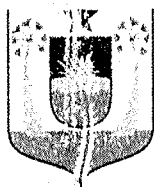
5.17.5. É facultado ao Agente de Contratação/Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.18. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

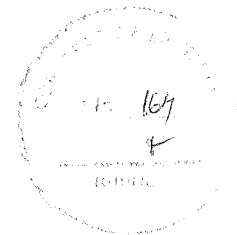
6. DA FASE DE JULGAMENTO:

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município



(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12, da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o Agente de Contratação/Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. Contiver vícios insanáveis;

6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado no sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

6.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

(67)

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia legível.

7.4 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.5 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.6 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

data de entrega das propostas.

7.7 A verificação pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.7.1 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro.

7.7.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7.3 A exigência dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.7.4 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.7.5 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.7.6 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

- A) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- B) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.8 Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.9 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.10 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.11 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.12 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS:

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.



170
2

ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1. Encerrada a fase recursal, a autoridade superior do órgão ou entidade adjudicará o objeto da licitação e homologará o procedimento licitatório.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que praticar ato ilícito na forma do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e especialmente quando:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação,



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município



quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.2.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.2.9. Fraudar a licitação

10.1.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.2.11. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.2.12. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.2.13. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.2.14. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.2.15. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantido o devido processo legal, assegurado o prévio contraditório e a ampla defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. Multa;

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo definido pelo setor competente, a contar da comunicação oficial.

10.2.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar não serão aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

10.2.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.2.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos termos do §4º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.2.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos termos do § 5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.2.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à decadência do direito à garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 155, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

10.2.11. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções descritas seguirá os procedimentos descritos na Lei 14.133, de 1º de abril de 2023.

10.2.12. O pagamento das multas não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações porventura cometidas.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, devendo ser enviados ao (à) Agente de Contratação/Pregoeiro (a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas, exclusivamente por meio eletrônico, através da Plataforma Licita Mais Brasil – www.licitamaisbrasil.com.br, conforme subitem 8.3.

11.4. O (a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a) poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

11.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11.7. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas de Preços.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O prazo para pagamento ao contratado e as demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Anexo III - Termo de Contrato.

13. DO REAJUSTE

13.1. O prazo para pagamento ao contratado e as demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Anexo III - Termo de Contrato.

14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1. A execução do objeto da presente contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou equipe de fiscalização, especialmente designada para esse fim, conforme disposto no art. 117 da Lei 14.133/2021 e nos termos descritos e detalhados do Termo de Referência anexo.



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1. Será divulgada Ata da Sessão Pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

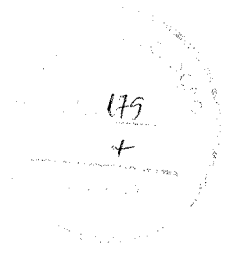
15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) '<https://www.gov.br/pncp/pt-br>' e endereço eletrônico '<https://www.limoeironorte.ce.gov.br/>' – Site da Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte - Ce, <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/index.php/licitacao/abertas> – Portal de Licitações de Tribunal de Contas do Estado do Ceará e no site da Plataforma Licita Mais Brasil –



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município



www.licitamaisbrasil.com.br.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA


Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO III- MINUTA DO CONTRATO

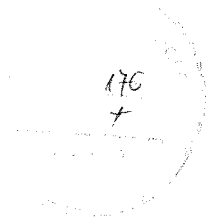
ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÕES

Limoeiro do Norte/Ce, 12 de fevereiro de 2025.


Ana Maria Alves Albuquerque
Ordenadora de Despesas



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE LIMOEIRO DO NORTE.

LOTE 1					
Item	Descrição do item	Unid. de medida	Quantidade	Valor médio	Valor total
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO (ÔNIBUS), COM CAPACIDADE MÍNIMA DE TRANSPORTE DE 44 (QUARENTA E QUATRO) PASSAGEIROS COM AR CONDICIONADO LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO (ÔNIBUS), COM CAPACIDADE MÍNIMA DE TRANSPORTE DE 44 (QUARENTA E QUATRO) PASSAGEIROS COM AR CONDICIONADO, CONFORME ROTAS SUPRACITADAS - OS VEÍCULOS OFERTADOS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DEVERÃO ESTAR EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, EXIGINDO-SE QUE: A) VEÍCULOS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE ACORDO COM AS ROTAS CONSTANTES NESTE TERMO; B) SEJAM DOTADOS DE ASSENTOS ESTOFADOS COM ACABAMENTO EM MATERIAL IMPERMEÁVEL E DE FÁCIL LIMPEZA, CORTINAS OU VIDROS ESCUROS COM “INSULFILME” PARA PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS CONTRA A EXPOSIÇÃO DA LUZ SOLAR, BORRACHAS DE VEDAÇÃO NAS PORTAS PARA AMENIZAR A ENTRADA DE POEIRA; COM AR CONDICIONADO E DATA DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2010; C) OS VEÍCULOS DESTINADOS AO TRANSPORTE DE ESCOLARES E DE PROFESSORES DEVERÃO ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO EM DIANTE; D) NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS DA HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO, O PROPONENTE VENCEDOR DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE APRESENTAR LAUDO DE INSPEÇÃO VEÍCULAR EMITIDO POR EMPRESA CREDENCIADA JUNTO AO DETRAN E INMETRO, ENVIAR OS VEÍCULOS PARA SEREM SUBMETIDOS A VISTORIA JUNTO À PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE/CE, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL; E) NÃO HAVENDO EMPRESA CREDENCIADA JUNTO AO DETRAN E INMETRO, SERÁ	QUILÔMETRO	150.375,5	12,00	1.804.506,00



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

177
+

<p>PERMITIDO APENAS O LAUDO DE VISTORIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE;</p> <p>F) NÃO HAVERÁ REMARCAÇÃO DE DATA DE VISTORIA E NEM RETORNO PARA CORREÇÃO DE VÍCIOS OU DEFEITOS NO VEÍCULO;</p> <p>G) O PROPONENTE VENCEDOR SUBMETERÁ OS VEÍCULOS À VISTORIAS PERIÓDICAS (SEMESTRAIS) NA FORMA DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO E RESOLUÇÕES NORMATIVAS E ATENDERÁ AS CONVOCAÇÕES PERIÓDICAS PARA VISTORIA, SEMPRE QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO;</p> <p>H) O MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE PODERÁ FISCALIZAR OS VEÍCULOS E A DOCUMENTAÇÃO DO PROPONENTE VENCEDOR EM QUALQUER LOCAL E HORA ONDE OS MESMOS SE ENCONTREM;</p> <p>O PROPONENTE DEVERÁ AFIXAR NOS VEÍCULOS QUE PRESTARÃO OS SERVIÇOS, AUTORIZAÇÃO PARA CIRCULAÇÃO EMITIDA POR ÓRGÃO OU ENTIDADE EXECUTIVA DE TRÂNSITO DO ESTADO, NA PARTE INTERIOR DO VEÍCULO, EM LOCAL VISÍVEL, COM INSCRIÇÃO DA LOTAÇÃO PERMITIDA, OBSERVANDO-SE A CAPACIDADE MÁXIMA ESTABELECIDADA PELO FABRICANTE, NA FORMA DO DISPOSTO NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, LEI 9.503 DE 23/09/1997;</p> <p>I) O PROPONENTE DEVERÁ INSTALAR NOS VEÍCULOS TODOS OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS AO BOM DESEMPENHO DAS FUNÇÕES, DE ACORDO COM O DISPOSTO NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO E RESOLUÇÕES PERTINENTES;</p> <p>J) O PROPONENTE SE OBRIGARÁ A SUBSTITUIR, NO PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS APÓS SER CONTATADO, QUALQUER VEÍCULO QUE VENHA A SER DANIFICADO OU APRESENTE DEFEITOS QUE IMPEÇA CIRCULAÇÃO OU COLOQUE EM RISCO A INTEGRIDADE FÍSICA DOS USUÁRIOS;</p> <p>K) O LICITANTE VENCEDOR DE CADA LOTE DEVERÁ NO PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, APÓS A EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO, PROVIDENCIAR QUE A DOCUMENTAÇÃO DO VEÍCULO ESTEJA EM SEU NOME, OU APRESENTAR CONTRATO DE SUBLOCAÇÃO, NESTE CASO NÃO ULTRAPASSANDO O LIMITE DE 50% DE</p>				
--	--	--	--	--



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

VEÍCULOS SOB PENA DE RESCISÃO DO CONTRATO.				
TOTAL LOTE 1				1.804.506,00

LOTE 2					
Item	Descrição do item	Unid. de medida	Quantidade	Valor médio	Valor total
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE TRANSPORTE PARA 44 (QUARENTA E QUATRO) PASSAGEIROS. LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO (ÔNIBUS), COM CAPACIDADE MÍNIMA DE TRANSPORTE PARA 44 (QUARENTA E QUATRO) PASSAGEIROS (CONFORME ROTAS SUPRACITADAS) - OS VEÍCULOS OFERTADOS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DEVERÃO ESTAR EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, EXIGINDO-SE QUE: A) VEÍCULOS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE ACORDO COM AS ROTAS CONSTANTES NESTE TERMO; B) SEJAM DOTADOS DE ASSENTOS ESTOFADOS COM ACABAMENTO EM MATERIAL IMPERMEÁVEL E DE FÁCIL LIMPEZA, CORTINAS OU VIDROS ESCUROS COM "INSULFILME" PARA PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS CONTRA A EXPOSIÇÃO DA LUZ SOLAR, BORRACHAS DE VEDAÇÃO NAS PORTAS PARA AMENIZAR A ENTRADA DE POEIRA E DATA DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2010; C) OS VEÍCULOS DESTINADOS AO TRANSPORTE DE ESCOLARES E DE PROFESSORES DEVERÃO ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO EM DIANTE; D) NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS DA HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO, O PROPONENTE VENCEDOR DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE APRESENTAR LAUDO DE INSPEÇÃO VEÍCULAR EMITIDO POR EMPRESA CREDENCIADA JUNTO AO DETRAN E INMETRO, ENVIAR OS VEÍCULOS PARA SEREM SUBMETIDOS A VISTORIA JUNTO À PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE/CE, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL; E) NÃO HAVENDO EMPRESA CREDENCIADA JUNTO AO DETRAN E INMETRO, SERÁ PERMITIDO APENAS O LAUDO DE VISTORIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO	QUILÔMETRO	393.283	11,67	4.589.612,61



179
+

ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

<p>NORTE;</p> <p>F) NÃO HAVERÁ REMARCAÇÃO DE DATA DE VISTORIA E NEM RETORNO PARA CORREÇÃO DE VÍCIOS OU DEFEITOS NO VEÍCULO;</p> <p>G) O PROPONENTE VENCEDOR SUBMETERÁ OS VEÍCULOS À VISTORIAS PERIÓDICAS (SEMESTRAIS) NA FORMA DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO E RESOLUÇÕES NORMATIVAS E ATENDERÁ AS CONVOCAÇÕES PERIÓDICAS PARA VISTORIA, SEMPRE QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO;</p> <p>H) O MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE PODERÁ FISCALIZAR OS VEÍCULOS E A DOCUMENTAÇÃO DO PROPONENTE VENCEDOR EM QUALQUER LOCAL E HORA ONDE OS MESMOS SE ENCONTREM;</p> <p>I) O PROPONENTE DEVERÁ AFIXAR NOS VEÍCULOS QUE PRESTARÃO OS SERVIÇOS, AUTORIZAÇÃO PARA CIRCULAÇÃO EMITIDA POR ÓRGÃO OU ENTIDADE EXECUTIVA DE TRÂNSITO DO ESTADO, NA PARTE INTERIOR DO VEÍCULO, EM LOCAL VISÍVEL, COM INSCRIÇÃO DA LOTAÇÃO PERMITIDA, OBSERVANDO-SE A CAPACIDADE MÁXIMA ESTABELECIDADA PELO FABRICANTE, NA FORMA DO DISPOSTO NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, LEI 9.503 DE 23/09/1997;</p> <p>J) O PROPONENTE DEVERÁ INSTALAR NOS VEÍCULOS TODOS OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS AO BOM DESEMPENHO DAS FUNÇÕES, DE ACORDO COM O DISPOSTO NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO E RESOLUÇÕES PERTINENTES;</p> <p>K) O PROPONENTE SE OBRIGARÁ A SUBSTITUIR, NO PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS APÓS SER CONTATADO, QUALQUER VEÍCULO QUE VENHA A SER DANIFICADO OU APRESENTE DEFEITOS QUE IMPEÇA CIRCULAÇÃO OU COLOQUE EM RISCO A INTEGRIDADE FÍSICA DOS USUÁRIOS;</p> <p>O LICITANTE VENCEDOR DE CADA LOTE DEVERÁ NO PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, APÓS A EMISSÃO DA</p>				
TOTAL DO LOTE ?				4.589.612,61

MM



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

NO
A

L07E 3					
Item	Descrição do item	Unid. de medida	Quantidade	Valor médio	Valor total
1	<p>LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN, MICRO-ÔNIBUS OU SIMILAR, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE TRANSPORTE PARA 16 (DEZESSEIS) PASSAGEIROS, COM MOTORISTA. LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO (VAN, MICRO-ÔNIBUS OU SIMILAR), COM CAPACIDADE MÍNIMA DE TRANSPORTE PARA 16 (DEZESSEIS) PASSAGEIROS, COM MOTORISTA (CONFORME ROTAS SUPRACITADAS) - OS VEÍCULOS OFERTADOS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DEVERÃO ESTAR EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, EXIGINDO-SE QUE:</p> <p>A) VEÍCULOS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE ACORDO COM AS ROTAS CONSTANTES NESTE TERMO; SEJAM DOTADOS DE ASSENTOS ESTOFADOS COM ACABAMENTO EM MATERIAL IMPERMEÁVEL E DE FÁCIL LIMPEZA, CORTINAS OU VIDROS ESCUROS COM "INSULFILME" PARA PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS CONTRA A EXPOSIÇÃO DA LUZ SOLAR., BORRACHAS DE VEDAÇÃO NAS PORTAS PARA AMENIZAR A ENTRADA DE POEIRA; AR- CONDICIONADO E DATA DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2015.</p> <p>C) OS VEÍCULOS DESTINADOS AO TRANSPORTE DE ESCOLARES E DE PROFESSORES DEVERÃO ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO EM DIANTE;</p> <p>D) NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS DA HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO, O PROPONENTE VENCEDOR DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE APRESENTAR LAUDO DE INSPEÇÃO VEÍCULAR EMITIDO POR EMPRESA CREDENCIADA JUNTO AO DETRAN E INMETRO, ENVIAR OS VEÍCULOS PARA SEREM SUBMETIDOS A VISTORIA JUNTO À PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE/CE, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL;</p> <p>E) NÃO HAVENDO EMPRESA CREDENCIADA JUNTO AO DETRAN E INMETRO, SERÁ PERMITIDO APENAS O LAUDO DE VISTORIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE;</p> <p>F) NÃO HAVERÁ REMARCAÇÃO DE DATA DE VISTORIA E NEM RETORNO PARA CORREÇÃO DE VÍCIOS OU DEFEITOS NO</p>	QUILÔMETRO	40.032,4	8,67	347.080,91

mmv



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município



<p>VEÍCULO;</p> <p>G) O PROPONENTE VENCEDOR SUBMETERÁ OS VEÍCULOS À VISTORIAS PERIÓDICAS (SEMESTRAIS) NA FORMA DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO E RESOLUÇÕES NORMATIVAS E ATENDERÁ AS CONVOCAÇÕES PERIÓDICAS PARA VISTORIA, SEMPRE QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO;</p> <p>H) O MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE PODERÁ FISCALIZAR OS VEÍCULOS E A DOCUMENTAÇÃO DO PROPONENTE VENCEDOR EM QUALQUER LOCAL E HORA ONDE OS MESMOS SE ENCONTREM;</p> <p>I) O PROPONENTE DEVERÁ AFIXAR NOS VEÍCULOS QUE PRESTARÃO OS SERVIÇOS, AUTORIZAÇÃO PARA CIRCULAÇÃO EMITIDA POR ÓRGÃO OU ENTIDADE EXECUTIVA DE TRÂNSITO DO ESTADO, NA PARTE INTERIOR DO VEÍCULO, EM LOCAL VISÍVEL, COM INSCRIÇÃO DA LOTAÇÃO PERMITIDA, OBSERVANDO-SE A CAPACIDADE MÁXIMA ESTABELECIDADA PELO FABRICANTE, NA FORMA DO DISPOSTO NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, LEI 9.503 DE 23/09/1997;</p> <p>J) O PROPONENTE DEVERÁ INSTALAR NOS VEÍCULOS TODOS OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS AO BOM DESEMPENHO DAS FUNÇÕES, DE ACORDO COM O DISPOSTO NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO E RESOLUÇÕES PERTINENTES;</p> <p>K) O PROPONENTE SE OBRIGARÁ A SUBSTITUIR, NO PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS APÓS SER CONTATADO, QUALQUER VEÍCULO QUE VENHA A SER DANIFICADO OU APRESENTE DEFEITOS QUE IMPEÇA</p>				
TOTAL DO LOTE :				347.080,91

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O valor estimado da contratação é de **R\$ 6.741.099,52 (seis milhões, setecentos e quarenta e um mil, cento e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos).**

1.4.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução

MN



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.4.2. No que tange ao parâmetro de preço, realizou-se a pesquisa em conformidade com os parâmetros dispostos no art. 23, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Considerando a necessidade de garantir o transporte regular, seguro e eficiente de alunos matriculados na rede de ensino, torna-se imprescindível a contratação de uma empresa especializada para a prestação deste serviço. Exatamente porque o transporte escolar exige veículos adequados e condutores capacitados para assegurar a segurança dos estudantes durante os trajetos. Empresas especializadas possuem experiência no setor, seguem normas regulamentares, e realizam manutenções preventivas regulares em seus veículos, além de contratar motoristas devidamente treinados e habilitados.

2.2. Além disso, a prestação do serviço de transporte escolar está sujeita a exigências legais específicas, como a regulamentação de veículos (Lei nº 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro) e a necessidade de autorização junto aos órgãos competentes. Contratar uma empresa qualificada garante o cumprimento de todas essas normas.

2.3. Outro ponto importante é que a terceirização do serviço evita custos relacionados à aquisição e manutenção de frota própria, contratação de pessoal, e despesas administrativas. Dessa forma, os recursos públicos podem ser direcionados para outras áreas essenciais da educação.

2.4. Diante desses fatores, a contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar é a medida mais eficiente para garantir a segurança, qualidade e continuidade do serviço, beneficiando diretamente os estudantes e a comunidade escolar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

4.1 É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.1.1 É vedada a subcontratação completa.



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

4.1.2 A subcontratação fica limitada a 70% (setenta por cento) do valor total do contrato.

4.2 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 6º, XXIII, alínea 'e' da Lei nº 14.133/21)

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 dias da emissão da ordem de serviço;

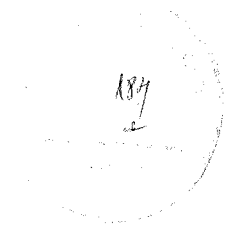
Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos locais das rotas descritos, abaixo:

SEQ.	DESCRIÇÃO DAS ROTAS	UNID. MEDIDA	QUANT. KM/ MES	KM/ DIA	KM / ANO
1	ASSENTAMENTO DIAMANTINA, LOCALIDADE BENEDITO, ESCOLA DA SUCUPIRA - Assentamento Diamantina, localidade Benedito, Escola da Sucupira. Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com ar condicionado com capacidade mínima de 44 passageiros. Com motorista, e monitor, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. Turno: MANHÃ E TARDE. TIPO DE ROTA: MUNICIPAL	QUILÔMETRO	1.239,04	56,32	12.390,40
2	ESCOLA DA SUCUPIRA (621863,78E – 9417536,09S), CARBOMIL, Escola do KM-60 (623566,45E – 9422687,35S) no Município de Limoeiro Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com ar condicionado com capacidade mínima de 44 passageiros. Com motorista e monitor, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TIPO DE ROTA: MUNICIPAL. TURNO: MANHÃ E TARDE	QUILÔMETRO	1.608,64	73,12	16.086,40
3	ESCOLA DO KM-60, CARBOMIL, ESCOLA DA SUCUPIRA - Escola do Km-60, CARBOMIL, Escola da Sucupira, Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com ar condicionado com capacidade mínima de 44 passageiros. Com motorista e monitor, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. no turno da MANHÃ E TARDE. TIPO DE ROTA:	QUILÔMETRO	1.579,60	71,80	15.796,00



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município



	MUNICIPAL				
4	SETOR S, SETOR NH6, GADO BRAVO, SETOR NH4, SETOR NH5 - Setor S, Setor NH6, Gado Bravo, Setor NH4, Setor NH5. Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros . Com motorista e monitor, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: MANHÃ. TIPO DE ROTA: MUNICIPAL	QUILÔMETRO	566,28	25,74	5.662,80
5	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPINHO, ESCOLA DO BIXOPÁ - Secretaria de Educação, Espinho, Escola do Bixopá. Veículo fechado para transportar alunos, tipo Van micro-ônibus ou similar para no mínimo 16 passageiros . Com motorista, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: MANHÃ. TIPO DE ROTA: MUNICIPAL	QUILÔMETRO	1.400,08	63,64	14.000,80
6	SÍTIO CANTO GRANDE DE CIMA, SETOR R, CANTO GRANDE DE BAIXO, CIDADE ALTA, ESCOLA MINISTRO ALLYSSON PAULINELLI, ESCOLA MARIA ELVANIZA - Sítio Canto Grande de Cima, Setor R, Canto Grande de Baixo, Cidade Alta, Escola Ministro Allysson Paulinelli, Escola Maria Elvaniza. Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros . Com motorista e monitor, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: MANHÃ E TARDE. TIPO DE ROTA: MUNICIPAL	QUILÔMETRO	1.561,12	70,96	15.611,20
7	SÍTIO FACEIRA, SAPÉ, MALHADA, GANGORRA, ESCOLA DO ESPINHO - Sítio Faceira, Sapé, Malhada, Gangorra, Escola do Espinho. Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros . Com motorista e monitor, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: MANHÃ E TARDE. TIPO DE ROTA: MUNICIPAL	QUILÔMETRO	1.087,68	49,44	10.876,80
8	SÍTIO FACEIRA, SAPÉ, MALHADA, GANGORRA, ESCOLA DO ESPINHO, TRINAGOLO DO BIXOPÁ, TRIANGULO DE LIMOEIRO, EEM ARCENIO FERREIRA MAIA,	QUILÔMETRO	1.971,20	89,60	19.712,00

mmv



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

185
+

	IFCE, EEM LAURO REBOUÇAS ESCOLA PROFISSIONALIZANTE - Sítio Faceira, Sapé, Malhada, Gangorra, Escola do Espinho, trinagolo do bixopá, triangulo de limoeiro, EEM Arcenio ferreira maia, IFCE, EEM lauro Rebouças Escola Profissionalizante. Veículo fechado para transportar alunos, tipo tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros.. Com motorista, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: MANHÃ E TARDE. TIPO DE ROTA: MUNICIPAL				
9	SÍTIO SAQUINHO, SÍTIO GENIPAPEIRO, SÍTIO VÁRZEA DO COBRA, ESCOLA VALDETRUDES, ESCOLA LAURO REBOUÇAS, ARSÊNIO FERREIRA MAIA, ESCOLA FRANCISCO HOLANDA - Sítio Saquinho, Sítio Genipapeiro, Sítio Várzea do Cobra, Escola Valdetrudes, Escola Lauro Rebouças, Arsênio Ferreira Maia, Escola ev evaldo Holanda. Veículo fechado para transportar alunos, tipo tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros. Com motorista, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: MANHÃ E TARDE. TIPO DE ROTA: ESTADUAL/MUNICIPAL	QUILÔMETRO	652,61	29,66	6.526,10
10	ARRAIAL, SÃO RAIMUNDO, CANAFÍSTULA, MULTIRÃO, ESCOLA VALDETRUDES, LAURO REBOUÇAS, MARIA GONCALVES, PADRE JOAQUIM DE MENEZES, ESCOLA JUDITE, ESCOLA ESTER E ESCOLA EVALDO HOLANDA - Arraial, São Raimundo, Canafístula, Multirão, Escola Valdetrudes, Lauro Rebouças, Maria Goncalves, Padre Joaquim de Menezes, Escola Judite, Escola Ester, Escola Evaldo Holanda. Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros. Com motorista, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: MANHÃ E TARDE. TIPO DE ROTA: ESTADUAL/MUNICIPAL	QUILÔMETRO	367,67	17,51	3.676,70
11	ARRAIAL, SÃO RAIMUNDO, CANAFÍSTULA, MULTIRÃO, ESCOLA VALDETRUDES, LAURO REBOUÇAS, MARIA GONCALVES, PADRE	QUILÔMETRO	367,67	17,51	3.676,70



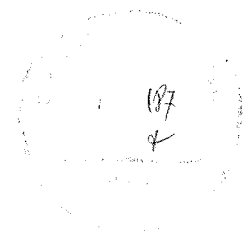
ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

186
A

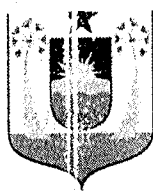
	JOAQUIM DE MENEZES, ESCOLA JUDITE, ESCOLA ESTER, ESCOLA EVALDO HOLANDA - Arraial, São Raimundo, Canafístula, Multirão, Escola valdetrudes, Lauro Rebouças, Maria Goncalves, Padre Joaquim de Menezes, Escola Judite, Escola Ester, Escola Evaldo Holanda. Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros . Com motorista, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: MANHÃ E TARDE. TIPO DE ROTA: ESTADUAL/MUNICIPAL				
12	ARRAIAL, SÃO RAIMUNDO, CANAFÍSTULA, MULTIRÃO, ESCOLA VALDETRUDES, LAURO REBOUÇAS, MARIA GONCALVES, PADRE JOAQUIM DE MENEZES, ESCOLA JUDITE, ESCOLA ESTER, ESCOLA EVALDO HOLANDA. - Arraial, São Raimundo, Canafístula, Multirão, Escola Valdetrudes, Lauro Rebouças, Maria Goncalves, Padre Joaquim de Menezes, Escola Judite, Escola Ester, Escola Evaldo Holanda. Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros . Com motorista e monitor, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: MANHÃ E TARDE. TIPO DE ROTA: ESTADUAL/MUNICIPAL	QUILÔMETRO	367,67	17,51	3.676,70
13	CABEÇA DA VACA, CROATÁ DE CIMA, CROATÁ DE BAIXO, ESPINGARDA, MORORÓ, LAJES, CANAFÍSTULA DE CIMA, CANAFÍSTULA DE BAIXO, CÓRREGO DO FEIJÃO, ESCOLA LAURO REBOUÇAS - Cabeça da Vaca, Croatá de Cima, Croatá de Baixo, Espingarda, Mororó, Lajes, Canafístula de Cima, Canafístula de Baixo, Córrego do Feijão, Escola Lauro Rebouças. Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros . Com motorista, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: TARDE. TIPO DE ROTA: ESTADUAL	QUILÔMETRO	1.658,16	78,96	16.581,60
14	CABEÇA DA VACA, CROATÁ DE CIMA, CROATÁ DE BAIXO, ESPINGARDA,	QUILÔMETRO	1.658,16	78,96	16.581,60



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município



	MORORÓ, LAJES, CANAFÍSTULA DE CIMA, CANAFÍSTULA DE BAIXO, CÓRREGO DO FEIJÃO IFCE, ESCOLA LAURO REBOUÇAS E ESCOLA ARSÊNIO FERREIRA MAIA E ESCOLA PROFISSIONALIZANTE. Cabeça da Vaca, Croatá de Cima, Croatá de Baixo, Espingarda, Mororó, Lajes, Canafístula de Cima, Canafístula de Baixo, Córrego do Feijão, Escola Lauro Rebouças. Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros. Com motorista, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: TARDE. TIPO DE ROTA: ESTADUAL				
15	ESCOLA DA SUCUPIRA, CARBOMIL, CABEÇA PRETA, IFCE, ESCOLA LAURO REBOUÇAS E ESCOLA ARSÊNIO FERREIRA MAIA E ESCOLA PROFISSIONALIZANTE. Escola da Sucupira, CARBOMIL, Cabeça Preta, IFCE, Escola Lauro Rebouças e Escola Arsênio Ferreira Maia. Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com ar condicionado com capacidade mínima de 44 passageiros. Com motorista, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: MANHÃ. TIPO DE ROTA: ESTADUAL	QUILÔMETRO	1.391,88	66,28	13.918,80
16	ESCOLA DA SUCUPIRA, CARBOMIL, CABEÇA PRETA, IFCE, ESCOLA LAURO REBOUÇAS E ESCOLA ARSÊNIO FERREIRA MAIA E ESCOLA PROFISSIONALIZANTE. Escola da Sucupira, CARBOMIL, Cabeça Preta, IFCE, Escola Lauro Rebouças e Escola Arsênio Ferreira Maia, Escola Profissionalizante Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com ar condicionado com capacidade mínima de 44 passageiros. Com motorista, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TIPO DE ROTA: ESTADUAL	QUILÔMETRO	1.678,16	76,28	16.781,60
17	ESCOLA KM-60, SANTA MARIA, SANTA FÉ, FAPIJA, CABEÇA PRETA IFCE, ESCOLA LAURO REBOUÇAS E ESCOLA ARSÊNIO FERREIRA MAIA E ESCOLA PROFISSIONALIZANTE. Escola Km-60 (623566,45E – 9422687,35S), Santa Maria, Santa Fé, Fapija, Cabeça Preta, Escola Lauro	QUILÔMETRO	1.525,44	72,64	15.254,40



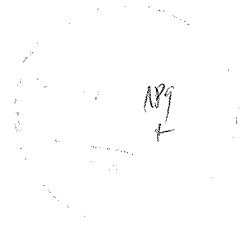
ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

APY
+

	Rebouças e Escola Arsênio Ferreira Maia (600440,01E – 9430281,10S) na Sede do Município de Limoeiro do Norte/CE. Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com ar condicionado com capacidade mínima de 44 passageiros.. Com motorista, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TIPO DE ROTA ESTADUAL . TURNO: TARDE				
18	LAJES, CONGO II, INGARANA, TRIÂNGULO DE DANÇAS, IFCE, ESCOLA LAURO REBOUÇAS E ESCOLA ARSÊNIO FERREIRA MAIA E ESCOLA PROFISSIONALIZANTE. - Lajes, Congo II, Ingarana, Triângulo de Danças, Escola Arsênio Ferreira Maia, IFCE e Escola Lauro Rebouças. Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros. Com motorista, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: TARDE. TIPO DE ROTA: ESTADUAL	QUILÔMETRO	1.389,78	66,18	13.897,80
19	MARIA DIAS, CIDADE ALTA, ESCOLA, ESCOLA JUDITE CHAVES, ESCOLA ESTER GUIMARÃES, ESCOLA EVALDO HOLANDA, IFCE, ESCOLA LAURO REBOUÇAS E ESCOLA ARSÊNIO FERREIRA MAIA E ESCOLA PROFISSIONALIZANTE. Maria Dias, Cidade Alta, Escola Arsênio Ferreira Maia, Escola Judite Chaves, Escola Ester Guimarães, Escola Evaldo Holanda, Escola Lauro Rebouças. Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros. Com motorista, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: MANHÃ E TARDE. TIPO DE ROTA: ESTADUAL	QUILÔMETRO	308,00	14,00	3.080,00
20	MARIA DIAS, CIDADE ALTA, ESCOLA JUDITE CHAVES, ESCOLA ESTER GUIMARÃES, ESCOLA EVALDO HOLANDA, IFCE, ESCOLA LAURO REBOUÇAS E ESCOLA ARSÊNIO FERREIRA MAIA E ESCOLA PROFISSIONALIZANTE. - Maria Dias, Cidade Alta, Escola Arsênio Ferreira Maia, Escola Judite Chaves, Escola Ester Guimarães, Escola Evaldo Holanda, Escola Lauro Rebouças. Veículo fechado para transportar	QUILÔMETRO	308,00	14,00	3.080,00



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município



	alunos, tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros. Com motorista, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: MANHÃ E TARDE. TIPO DE ROTA: ESTADUAL				
21	MARIA DIAS, CÓRREGO DE AREIA, LAURO REBOUÇAS, MARIA GONCALVES, PADRE JOAQUIM DE MENEZES, ESCOLA JUDITE, ESCOLA ESTER E ESCOLA EVALDO HOLANDA - Maria dias, córrego de areia, Lauro Rebouças, Maria Goncalves, Padre Joaquim de Menezes, Escola Judite, Escola Ester, Escola Evaldo Holanda. Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros. Com motorista, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: MANHÃ E TARDE. TIPO DE ROTA: ESTADUAL	QUILÔMETRO	968,00	44,00	9.680,00
22	SÍTIO SAQUINHO, SÍTIO GENIPAPEIRO, SÍTIO VÁRZEA DO COBRA, ESCOLA VALDETRUDES, ESCOLA LAURO REBOUÇAS, ARSÊNIO FERREIRA MAIA, ESCOLA evaldo HOLANDA. Sítio Saquinho, Sítio Genipapeiro, Sítio Várzea do Cobra, Escola Valdetrudes, Escola Lauro Rebouças, Arsênio Ferreira Maia, Escola Francisco Holanda. Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros. Com motorista, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: MANHÃ E TARDE. TIPO DE ROTA: ESTADUAL/MUNICIPAL	QUILÔMETRO	934,42	44,50	9.344,20
23	VIUVINHA, SERROTE, JOÃO ALVES, BIXOPÁ, CAMPESTRE, TANQUINHOS, CIDADE ALTA, IFCE, ESCOLA LAURO REBOUÇAS E ESCOLA ARSÊNIO FERREIRA MAIA E ESCOLA PROFISSIONALIZANTE. Viuvinha, Serrote, João Alves, Bixopá, Campestre, Tanquinhos, Cidade Alta, Escola Arsênio Ferreira Maia, Escola Lauro Rebouças. Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros. Com motorista, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível.	QUILÔMETRO	1.546,86	73,66	15.468,60



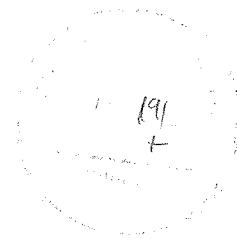
ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

190
7

	TURNO: TARDE. TIPO DE ROTA: ESTADUAL				
24	Arraial de Baixo, Arraial, São Raimundo, Canafístula, Multirão, Boa Fé IFCE, ESCOLA LAURO REBOUÇAS E ESCOLA ARSÊNIO FERREIRA MAIA E ESCOLA PROFISSIONALIZANTE. Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros. Com motorista, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. no Município de Limoeiro do Norte/CE. TIPO DE ROTA:	QUILÔMETRO	1.146,60	54,60	11.466,00
25	ARRAIAL, SÃO RAIMUNDO, CANAFÍSTULA, MULTIRÃO, ESCOLA VALDETRUDES, LAURO REBOUÇAS, MARIA GONCALVES, PADRE JOAQUIM DE MENEZES, ESCOLA JUDITE, ESCOLA ESTER, ESCOLA EVALDO HOLANDA - Arraial, São Raimundo, Canafístula, Multirão, Escola Valdetruedes, Lauro Rebouças, Maria Goncalves, Padre Joaquim de Menezes, Escola Judite, Escola Ester, Escola Francisco Holanda. Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros. Com motorista, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: MANHÃ E TARDE TIPO DE ROTA: ESTADUAL/MUNICIPAL	QUILÔMETRO	898,74	40,85	8.987,40
26	CÓRREGO DO FEIJÃO, CANAFÍSTULA DE BAIXO, CANAFÍSTULA DE CIMA, TANQUINHOS, CAMPESTRE, ESCOLA DO BIXOPÁ - Córrego do Feijão, Canafístula de Baixo, Canafístula de Cima, Tanquinhos, Campestre, Escola do Bixopá. Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros. Com motorista e monitor, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: MANHÃ. TIPO DE ROTA: MUNICIPAL	QUILÔMETRO	1.681,68	76,44	16.816,80
27	CORREGO DO FEIJÃO, CHAPADÃO DE RUSSAS, SOSSEGO, CAMPESTRE, ESCOLA DO BIXOPÁ - Corrego do Feijão, Chapadão de Russas, Sossego, Campestre, Escola do Bixopá. Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com capacidade	QUILÔMETRO	1.429,12	64,96	14.291,20



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município



	mínima de 44 passageiros. Com motorista e monitor, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: MANHÃ E TARDE, TIPO DE ROTA: MUNICIPAL				
28	LAGOA DO JUCA, JOÃO ALVES, LAGOA DO LOURO, LAGOA DO LOURO, LAGOA DO CAPIM, MANOEL EDUARDO, MANOEL DO BODE, CARAÚBAS, POÇO VERDE, ESCOLA DO BIXOPÁ - Lagoa do Juca, João Alves, Lagoa do Louro, Lagoa do Capim, Manoel Eduardo, Manoel do Bode, Caraúbas, Poço Verde, Escola do Bixopá. Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros . Com motorista e monitor, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: MANHÃ E TARDE, TIPO DE ROTA: MUNICIPAL	QUILÔMETRO	1.408,88	64,04	14.088,80
29	LAJES, CROATÁ DE CIMA, CROATÁ DE BAIXO, ESPINGARDA, MORORÓ, CABEÇA DA VACA, ESCOLA DO BIXOPÁ - Lajes, Croatá de Cima, Croatá de Baixo, Espingarda, Mororó, Cabeça da Vaca, Escola do Bixopá. Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros . Com motorista e monitor, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: MANHÃ. TIPO DE ROTA:	QUILÔMETRO	2.014,32	91,56	20.143,20
30	MARIA DIAS, CIDADE ALTA, ESCOLA ARSÊNIO FERREIRA MAIA, ESCOLA JUDITE CHAVES, ESCOLA ESTER GUIMARÃES, ESCOLA EVALDO HOLANDA E ESCOLA LAURO REBOUÇAS . - Maria Dias, Cidade Alta, Escola Arsênio Ferreira Maia, Escola Judite Chaves, Escola Ester Guimarães, Escola Evaldo Holanda, Escola Lauro Rebouças; Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros . Com motorista e monitor, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: MANHÃ E TARDE. TIPO DE ROTA: ESTADUAL/MUNICIPAL	QUILÔMETRO	1.232,00	56,00	12.320,00
31	PROJETO IRRIGADO, FAPIJA, FRUTACOR,	QUILÔMETRO	2.251,04		22.510,40



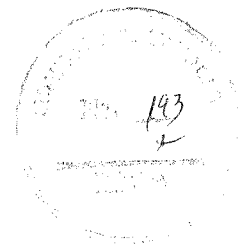
ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

192
+

	CONSULTA, ASSENTAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ, ESCOLA DA CABEÇA PRETA - Projeto Irrigado, Fapija, Frutacor, Consulta, Assentamento Zé Maria do Tomé, Escola da Cabeça Preta. Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com ar condicionado com capacidade mínima de 44 passageiros. Com motorista e monitor, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: MANHÃ E TARDE. TIPO DE ROTA: MUNICIPAL			102,32	
32	SETOR S, SETOR NH5, SETOR NH4 - Setor S, Setor NH5, Setor NH4. Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros. Com motorista e monitor, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO:TARDE. TIPO DE ROTA: MUNICIPAL	QUILÔMETRO	496,32	22,56	4.963,20
33	SÍTIO UMARI, CANTO GRANDE DE CIMA, SETOR R, CANTO GRANDE DE BAIXO, CAFÉ QUEIMADO, BOM JESUS DO CRUZEIRO, ESCOLA MINISTRO ALLYSSON PAULINELLI, ESCOLA MARIA ELVANIZA. Sítio Umari, Canto Grande de Cima, Setor R, Canto Grande de Baixo, Café Queimado, Bom Jesus do Cruzeiro, Escola Ministro Allysson Paulinelli, Escola Maria Elvaniza. Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros. Com motorista e monitor, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: MANHÃ E TARDE. TIPO DE ROTA: MUNICIPAL	QUILÔMETRO	1.505,24	63,42	15.052,40
34	SÍTIO UMARI, CANTO GRANDE DE CIMA, SETOR R, CANTO GRANDE DE BAIXO, CAFÉ QUEIMADO, BOM JESUS DO CRUZEIRO, ESCOLA MINISTRO ALLYSSON PAULINELLI, ESCOLA MARIA ELVANIZA , EEM ARSENIO FERREIRA MAIA, IFCE, EEM LAURO REBOUÇAS ESCOLA PROFISSIONALIZANTE - Sítio Umari, Canto Grande de Cima, Setor R, Canto Grande de Baixo, Café Queimado, Bom Jesus do Cruzeiro, Escola Ministro Allysson Paulinelli, Escola Maria Elvaniza , EEM Arcenio ferreira maia, IFCE, EEM lauro Rebouças Escola Profissionalizante. Veículo	QUILÔMETRO	3.010,48	136,84	30.104,80



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município



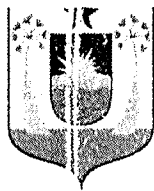
	fechado para transportar alunos, tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros. Com motoristae monitor, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: MANHÃ E TARDE. TIPO DE ROTA: MUNICIPAL				
35	TABULEIRO ALTO, LAGOA DAS CARNAÚBAS, SÍTIO JUREMA, PEDRA BRANCA, ARRAIAL, ESCOLA PADRE JOAQUIM DE MENEZES, ESCOLA JUDITE E ESCOLA ESTER E ESCOLA EVALDO HOLANDA - Tabuleiro Alto, Lagoa das Carnaúbas, Sítio Jurema, Pedra Branca, Arraial, Escola Padre Joaquim de Menezes, Escola Judite, Escola Ester e Escola Evaldo Holanda. Veículo fechado para transportar alunos, tipo tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros. Com motorista, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: MANHÃ E TARDE. TIPO DE ROTA: MUNICIPAL	QUILÔMETRO	1.800,48	81,84	18.004,80
36	TABULEIRO ALTO, LAGOA DAS CARNAÚBAS, SÍTIO JUREMA, PEDRA BRANCA, ARRAIAL, ESCOLA PADRE JOAQUIM DE MENEZES, ESCOLA JUDITE, ESCOLA ESTER E ESCOLA EVALDO HOLANDA - Tabuleiro Alto, Lagoa das Carnaúbas, Sítio Jurema, Pedra Branca, Arraial, Escola Padre Joaquim de Menezes, Escola Judite, Escola Ester e Escola Evaldo Holanda. Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros. Com motorista, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: MANHÃ E TARDE, TIPO DE ROTA: MUNICIPAL	QUILÔMETRO	1.800,48	81,84	18.004,80
37	TABULEIRO ALTO, LAGOA DAS CARNAÚBAS, SÍTIO JUREMA, PEDRA BRANCA, ARRAIAL, ESCOLA PADRE JOAQUIM DE MENEZES, ESCOLA JUDITE, ESCOLA ESTER E ESCOLA FRANCISCO HOLANDA. Tabuleiro Alto, Lagoa das Carnaúbas, Sítio Jurema, Pedra Branca, Arraial, Escola Padre Joaquim de Menezes, Escola Judite, Escola Ester e Escola Francisco Holanda. Veículo fechado para transportar	QUILÔMETRO	1.800,48	81,84	18.004,80



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

194
*

	alunos, tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros. Com motorista e monitor, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: MANHÃ E TARDE, TIPO DE ROTA: MUNICIPAL				
38	BIXOPÁ, ESPINHO, DANÇAS, CIDADE ALTA, FAFIDAM, IFCE, ESCOLA LAURO REBOUÇAS, ESCOLA CANTINHO INFANTIL Bixopá, Espinho, Danças, Cidade Alta, FAFIDAM, IFCE, Escola Lauro Rebouças, Escola Cantinho Infantil. Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros. Com motorista, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: NOITE, TIPO DE ROTA: UNIVERSITÁRIO	QUILÔMETRO	1.542,20	70,10	15.422,00
39	BIXOPÁ, ESPINHO, DANÇAS, CIDADE ALTA, FAFIDAM, IFCE, ESCOLA LAURO REBOUÇAS, ESCOLA CANTINHO INFANTIL EEM ARCENIO FERREIRA MAIA, IFCE, EEM LAURO REBOUÇAS ESCOLA PROFISSIONALIZANTE. Bixopá, Espinho, Danças, Cidade Alta, FAFIDAM, IFCE, Escola Lauro Rebouças, Escola Cantinho Infantil EEM Arcenio ferreira maia, IFCE, EEM lauro Rebouças Escola Profissionalizante. Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com capacidade mínima de 44 passageiros. Com motorista, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: NOITE, TIPO DE ROTA: UNIVERSITÁRIO	QUILÔMETRO	1.848,00	84,00	18.480,00
40	CALBRAS, KM 60, CARBOMIL, CABEÇA PRETA, GENIPAPEIRO, ESCOLA CANTINHO INFANTIL, CEJA, CPA, CPA, FIVALE, ESCOLA PRESIDENTE KENNEDY - Calbras, Km 60, CARBOMIL, Cabeça Preta, Genipapeiro, Escola Cantinho Infantil, CEJA, CPA, CPA, FIVALE, Escola Presidente Kennedy. Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com ar condicionado com capacidade mínima de 44 passageiros. Com motorista, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível.	QUILÔMETRO	1.598,96	72,68	15.989,60



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

195
+

	TURNO: NOITE. TIPO DE ROTA: UNIVERSITÁRIO				
41	CALBRAS, KM 60, SANTA MARIA, SANTAFÉ, CARBOMIL, CABEÇA PRETA, GENIPAPEIRO, ESCOLA CANTINHO INFANTIL, CEJA, CPA, CPA, FIVALE, ESCOLA PRESIDENTE KENNEDY EEM ARCENIO FERREIRA MAIA, IFCE, EEM LAURO REBOUÇAS ESCOLA PROFISSIONALIZANTE. Calbras, Km 60, santa maria, santafé, CARBOMIL, Cabeça Preta, Genipapeiro, Escola Cantinho Infantil, CEJA, CPA, CPA, FIVALE, Escola presidente Kennedy EEM Arcenio ferreira maia, IFCE, EEM lauro Rebouças Escola Profissionalizante. Veículo fechado para transportar alunos, tipo ônibus com ar condicionado com capacidade mínima de 44 passageiros. Com motorista, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. TURNO: NOITE. TIPO DE ROTA: MUNICIPAL	QUILÔMETRO	2.164,80	98,40	21.648,00
42	Secretaria de Educação, Escola da Cabeça Preta, Km-69, Escola da Sucupira, Escola do Km-60, Escola do Tomé Veículo fechado para transportar alunos, tipo van, micro-ônibus ou similar com capacidade mínima de 16 passageiros. Com motorista, todos os custos a cargo do contratado, inclusive o combustível. no Município de Limoeiro do Norte/CE. TIPO DE ROTA: MUNICIPAL	QUILÔMETRO	2.603,16	123,96	26.031,60

5.3. Os serviços serão prestados nos horários e dias estipulados pelo cronograma letivo lançado pela Secretaria de Educação;

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, alínea "f" da Lei nº 14.133/21)

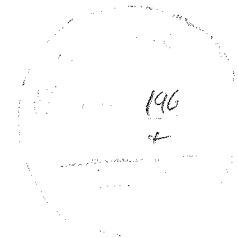
6.1. ROTINA DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL.

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município



6.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.1.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.1.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.1.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.1.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.1.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.1.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.1.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim. (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.1.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

7. PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea 'g' da Lei nº 14.133/21)

7.1. O valor contratado deverá ser pago até 10º (décimo) dia do mês subsequente a execução e aceitação definitiva dos serviços, "mediante aprovação da Nota fiscal/Fatura", através de cheque nominal ou através de ordem bancária em favor da CONTRATADA.

7.1.2. No valor acima, estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

7.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’ da Lei nº 14.133/21)

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

Regime de execução

8.2. Empreitada indireta

Critérios de aceitabilidade de preços

8.3. A abertura da licitação dar-se-á automaticamente, em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.4.1. Será vedada a identificação da licitante, por qualquer meio ou forma, antes da etapa de lance.

8.4.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

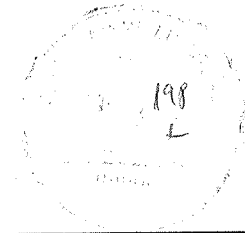
8.4.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município



Contratação/Pregoeiro e os licitantes.

8.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.8. O lance deverá ser ofertado pelo valor GLOBAL DO LOTE.

8.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.11. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme disposto no edital.

8.12. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.13. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.14.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.14.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

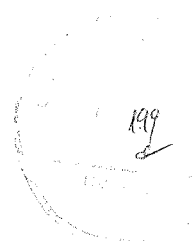
8.14.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.14.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.15. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município



- 8.15.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 8.15.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.15.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 8.15.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.15.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.16. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 8.16.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no edital, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 8.16.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.16.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.16.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.16.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 8.16.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

intermediários.

8.17. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.20. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em cada uma própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 13.735/2016.

8.22.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.22.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.22.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.22.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

8.23.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

8.23.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.23.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.23.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.23.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programas de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.23.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.23.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.23.2.2. Empresas brasileiras;

8.23.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.23.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.24.4. O Agente de Contratação/Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

Edital e já apresentados.

8.24.5. É facultado ao Agente de Contratação/Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de fim do prazo.

8.25. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. HABILITAÇÃO PESSOA JURÍDICA

9.1. **REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresário individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

9.2. **ATO CONSTITUTIVO COM ALTERAÇÕES POSTERIORES, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO** em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

9.3. **INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades simples, cooperativa – no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

9.4. **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.5. **Microempreendedor individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.6. **Cédula de identidade** do representante legal da empresa ou cópia de outro documento oficial de identificação com foto válido na forma da lei.

9.7. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.7.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante;



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

9.7.3. Provas de regularidade, em plena validade, para com:

- a) A **Fazenda Federal** (consistindo em Certidão Conjunta Negativa de Débito quanto aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (PGFN));
- b) A **Fazenda Estadual** (Certidão Negativa de tributo estadual do domicílio da licitante);
- c) A **Fazenda Municipal** (Certidão Negativa de Débitos Municipais) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- d) O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**;
- e) A Justiça do trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**).

9.7.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.7.4.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Pregoeira, para a regularização da documentação e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito à contratação.

9.8. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.8.1. Certidão Negativa de Falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica.

9.8.2. Na ausência da certidão negativa, a licitante em recuperação judicial deverá comprovar o acolhimento judicial do plano de recuperação judicial nos termos do acórdão nº 1.201/2020 do TCU. No caso da licitante em recuperação extrajudicial, deverá apresentar a homologação judicial do plano de recuperação

9.8.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, devidamente registrados na Junta Comercial de origem, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente assinados por contabilista registrado no CRC, bem como por sócio, gerente ou diretor, facultando-se o(a) Pregoeiro(a) o direito de exigir a apresentação do Livro Diário para verificação de valores.

9.8.4. **COMPROVAÇÃO DA BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA** da licitante atestada por documento, assinado por profissional legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade da sede ou filial da licitante, demonstrando que a empresa apresenta índice de Liquidez Geral (LG) maior ou igual a 1,0 (um vírgula zero),



2014
*

ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

calculada conforme a fórmula abaixo:

$$LG = AC+ARLP / PC+PELP \geq 1,0.$$

9.8.5. Serão aceitos o balanço patrimonial, demonstrações contábeis, termos de abertura e encerramento do livro Diário, transmitidos via SPED, acompanhados do recibo de entrega de escrituração contábil digital, respeitada a INRFB vigente.

9.8.6. No caso de sociedade por ações, o balanço deverá ser acompanhado da publicação em jornal oficial, em jornal de grande circulação e do registro na junta Comercial.

9.8.7. No caso de empresa recém-construída (há menos de 01 ano), deverá ser apresentado o balanço de abertura acompanhado dos termos de abertura devidamente registrado na junta comercial - constando no Balanço o número do Livro e das folhas nos quais se acha transcrito ou autenticado na junta comercial, devendo ser assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

9.9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.9.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, devendo ser comprovada por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.9.1.1. O atestado deverá ser devidamente averbado/registrado no conselho competente, que no caso em tela, é de competência do Conselho Regional de Administração (CRA), da localidade da proponente devendo ainda, vir acompanhado de RCA (registro de comprovação de aptidão) e Certidão de Acervo Técnico.

9.9.1.2 Prova de inscrição, ou registro da licitante junto ao Conselho Regional de Administração (CRA), da localidade da sede da proponente, e ainda:

a) comprovação da proponente possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega dos documentos, profissional (is) de nível superior - administrador, regularmente inscrito no CRA. Também deverá apresentar certificado de responsabilidade técnica do administrador responsável.

b) o vínculo do responsável técnico - administrador - com a empresa, poderá ser comprovado do seguinte modo:

b.1) se empregado, comprovando-se o vínculo empregatício através de cópia da "ficha ou livro de registro de empregado", da carteira de trabalho e previdência social - CTPS;

b.2) se sócio, comprovando-se a participação societária através de cópia do contrato social e aditivos, se houver devidamente registrado(s) na junta comercial;



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

b.3) se contratado, apresentar contrato de prestação de serviço, vigente na data de abertura deste certame, assinado por ambas as partes, juntamente com documentos do profissional (rg, cpf/ cnh, e/ou carteira do profissional);

c) vedada a participação de profissional como responsável técnico de mais de uma licitante, caso em que, constatado tal fato, deverá o profissional optar por uma das licitantes, inabilitando-se as demais, sob pena de inabilitação sumária de todas as concorrentes;

9.9.1.3 Somente serão considerados válidos os atestados com timbre da entidade expedidora e com identificação do nome completo do emitente. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo nome e cargo exercido na entidade, estando as informações sujeitas conferência pela Comissão ou quem este indicar. Bem como as demais informações:

a) nome, CNPJ e endereço completo da pessoa jurídica tomadora dos serviços e emitente do atestado;

b) nome e CNPJ da empresa que prestou o serviço,

c) descrição dos serviços;

d) local e data da emissão do atestado;

e) identificação (nome o cargo ou função) e assinatura do signatário do atestado.

9.9.1.4 A Administração se reserva no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando obter informações sobre o fornecimento prestado e cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

9.9.2 Comprovação de cadastramento de empresa na modalidade fretamento, na Agência Reguladora do Estado do Ceará – ARCE, de acordo com o decreto estadual nº 29.687/09.

9.9.3 Certidão Negativa de Débitos, emitida pela Agência Reguladora do Estado do Ceará – ARCE.

9.10. OUTRAS EXIGÊNCIAS

9.10.1 - Declaração expressa de que atende ao disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da CF/88;

9.10.2. Apresentar Declaração de Conduta Ética e Anticorrupção.

10. HABILITAÇÃO PESSOA FÍSICA

10.1. Documento de identificação com foto válido na forma da lei;

10.2. Cópia de comprovante de endereço em nome do proprietário;

10.3. Prova de inscrição no cadastro de pessoas físicas (CPF);



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

206
4

10.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

10.4.1. Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional por meio da CND de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União;

10.4.2. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal;

10.4.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;

10.4.4. Prova de regularidade com a Justiça do trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT).

10.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.5.1. Comprovação de aptidão para desempenho da atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, devendo ser comprovada por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10.6. OUTRAS EXIGÊNCIAS

10.6.1 - Declaração expressa de que atende ao disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da CF/88;

10.6.2. Apresentar Declaração de Conduta Ética e Anticorrupção.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXII, alínea 'j' da Lei nº 14.133/21)

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Educação.

11.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 12.361.1202.2.038 – Gerenciamento do Transporte Escolar – REC FNDE (OCA-E);

12.361.1202.2.031 – Gerenciamento do Ensino Fundamental – FUNDEB 30% (OCAE); 12.122.1201.2.036 –

Gerenciamento da Secretaria Municipal de Educação Básica (SEMED) (OCA-NE); 12.362.1201.2.041 –

Gerenciamento do Transporte Escolar – Ensino Médio

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.00 - Serviços Terceiros Pessoa Jurídica

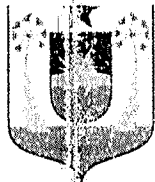
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.36.00 – Serviços Terceiros Pessoa Física

SUBELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.98 - Transporte Escolar Pessoa Jurídica

SUBELEMENTO DE DESPESA: 33.90.36.61 – Transporte Escolar Serviços de Terceiros

EXERCÍCIO: 2025.

2025



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

207
T

ANEXO II – MINUTA DA PROPOSTA DE PREÇOS

A(O) PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - CE.

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO Nº [NÚMERO DO PREGÃO]

Data e Hora de Abertura: _____ às _____ horas

Razão Social: _____ CNPJ: _____

Endereço: _____ CEP: _____

Fone: _____ Fax: _____

Banco: _____ Agência N.º: _____ Conta Corrente n.º: _____

E-mail: _____

OBJETO: <OBJETO>.

LOTE: _____

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

OBSERVAÇÕES:

- O proponente declara que tem o pleno conhecimento, aceitação e cumprirá todas as obrigações contidas no edital e seus anexos.
- Independente de declaração expressa, fica suplantada que no valor proposto estão incluídas todas as despesas necessárias a execução, inclusive as relacionadas com:
 - encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e outros;
 - tributos, taxas e tarifas, emolumentos, licenças, alvarás, multas e/ou qualquer infrações;
 - seguros em geral, da infortunística e de responsabilidade civil para quaisquer danos e prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, gerados direta ou indiretamente pela execução.

Local/Data:, de de

Assinatura Proponente
Carimbo da empresa/Assinatura do responsável legal

mm



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

Log
F

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

Contrato nº _____ / 20__ –

Processo nº _____

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE _____, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA _____ E A (O) CONTRATADA _____, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O MUNICÍPIO DE _____ pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do(a) _____ (órgão contratante), ..., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, com sede _____, neste ato representado(a) pelo(a) _____ (cargo e nome), nomeado pelo ato/portaria n.º _____, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º _____, sediado(a) na _____, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU proclamação apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº _____, mediante as cláusulas e condições a seguir anunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Edital do Pregão Eletrônico nº _____ e seus anexos, os preceitos do Direito Público, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

2019

Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

2.2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

INSERIR TABELA

2.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1. O Termo de Referência;

2.3.2. O Edital de Licitação;

2.3.3. A Proposta do contratado;

2.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de _____ contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por meio de termo de aditivo, por um ou mais períodos, respeitado o prazo máximo de 10 (dez) anos e demais requisitos do art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

3.1.1 Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

3.1.2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

3.1.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

3.1.4 Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

3.1.5 Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao atesto, pela autoridade competente, de



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

210

que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.5 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

4.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão realizados mediante a apresentação da Nota Fiscal e Fatura correspondente. A Fatura deverá ser aprovada, obrigatoriamente, pelo Setor competente da Secretaria de Educação, que atestará a execução do objeto contratado.

5.2. Caso o faturamento seja aprovado pela Secretaria de Educação, o pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil após o protocolo da fatura pela CONTRATADO(A).

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

24
7

Contratante.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, contado da data do orçamento estimado, mediante aplicação do índice Índice Geral de Preços – Mercado - IGPM-M ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

6.1.1. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

6.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DO OBJETO

7.1. O regime de execução contratual, assim como os prazos e condições de conclusão, local e forma/meio de entrega, regras de aceitação, constam no Anexo I - Termo de Referência do Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos da Secretaria de Educação, consignadas às dotações orçamentárias a seguir discriminadas: _____.

8.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA cumprirá todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, ficando, ainda, obrigada a:

10.2. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento;

10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.5. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de até 05(cinco) dias que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.9. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal, para fins de de averiguação da obrigação disposta no item 10.13, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Segurança Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

213
L

FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica que incidam ou venha a incidir sobre a execução contratual, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

10.12. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.15. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.19. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito



214
F

ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, as melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.24. Acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

10.25. Estar em conformidade com os fundamentos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que se trata de manipulação dos dados da CONTRATANTE e de terceiros, em sua criptografia, armazenamento e demais tratativas resguardando os dados utilizados.

10.26. Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações, dados, nos termos da Lei Geral de Proteção de dados – LGPD (13.709/2018), contidos em quaisquer mídias e documentos que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados à CONTRATANTE, respondendo pelos danos que eventual vazamento de informações, decorrentes de ação danosa ou culposa, nas formas de negligência, imprudência ou imperícia, venha a ocasionar à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Constituirão obrigações e responsabilidades da Contratante, além de outras previstas no Edital de licitação e legislação pertinente:

11.2. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço, nota de empenho ou documento equivalente.

11.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, em conformidade com o Edital e seus anexos.

11.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município



fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

11.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na Lei 14.133/2021 e neste Contrato;

11.9. Cientificar os órgãos responsáveis para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.10. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.10.1. A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

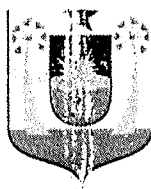
11.11. Responder no prazo de 05 (cinco) dias, eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos.

11.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução do objeto da presente contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada por



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

servidor ou equipe de fiscalização, especialmente designada para esse fim, conforme o art. 7º a 8º do Decreto nº 15.524/2023 e à luz do disposto no art. 117 da Lei 14.133/2021, nos termos descritos e detalhados do Termo de Referência anexo.

12.2. O modelo de gestão e fiscalização do contrato seguirão as regras constantes do Anexo I - Termo de Referência do Edital.

12.3. A gestão do contrato será realizada por servidor designado pela autoridade competente.

12.4. A fiscalização do contrato será realizada por servidor designado pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Fica permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 70% (setenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

13.2. Fica vedada a subcontratação completa.

13.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

13.4. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

13.5. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

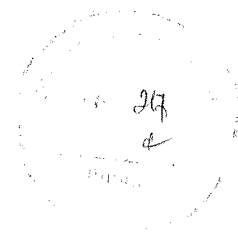
13.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que praticar ato ilícito na forma



ESTADO DO CEARÁ
Município de Irmoeiro do Norte
Prefeitura do Município



do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e especialmente quando:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.2.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.2.7. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.2.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.2.9. fraudar a licitação

14.1.2.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.2.11. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.2.12. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.2.13. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.2.14. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.2.15. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

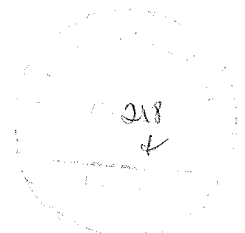
14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantido o devido processo legal, assegurado o prévio contraditório e a ampla defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

Handwritten signature



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município



14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.2.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo estipulado pelo setor competente, a contar da comunicação oficial.

14.2.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.2.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.2.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos termos do §4º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

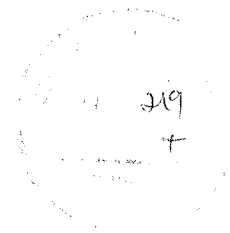
14.2.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações previstas nos termos do § 5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.2.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, nos termos do § 5º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

14.2.11. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções descritas seguirão os



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município



procedimentos descritos na Lei 14.133, de 1º de abril de 2023.

14.2.12. O pagamento das multas não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações porventura cometidas, inclusive pela inobservância do disposto na Lei 13.709/2018 (LGPD), na forma abaixo estipuladas:

14.2.12.1. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA.

14.2.12.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada à CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

15.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

15.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

15.2.1.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

15.2.1.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

15.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 (da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

AmV



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

15.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

15.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.4.3. Indenizações e multas.

15.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

15.6. Poderá ocorrer a extinção do contrato caso se constate que o contratado mantém vínculo com dirigente ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou na fiscalização do contrato, nos termos do art. 14, IV, da NLL.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

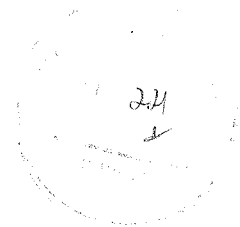
17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. Qualquer alteração contratual deverá ser realizada mediante termo aditivo ao presente



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município



contrato, inclusive com instrução, pareceres, avaliação do impacto orçamentário e decisão motivada, excetuando-se as hipóteses previstas no art. 132 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. A eficácia do contrato fica condicionada à publicação e divulgação integral no PNCP - Portal Nacional de Compras Públicas, nos moldes e prazos estabelecidos nos artigos 91, caput, 94 e 174 da Lei nº 14.133/2021, podendo ainda ser realizada a devida publicação no Diário Oficial do Município – DOM.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A Administração da CONTRATANTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito, de força maior ou omissos.

19.1.1. Para os casos previstos no item 20.1, a CONTRATANTE poderá atribuir a uma comissão, por este designada por portaria, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

19.1.2. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão da CONTRATANTE, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

19.1.3. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a CONTRATADA a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração no endereço ou no telefone da empresa.

19.1.4. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o Foro do Município de Limoeiro do Norte do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município



administrativa ou por meio da conciliação e mediação, nos moldes do art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

_____, em ___ de ___ de ____

Secretário Municipal de _____

Contratada

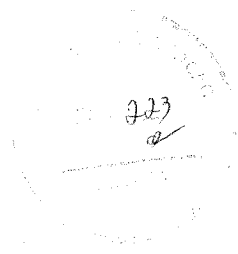
Testemunhas:

CPF:

CPF:



ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município



ANEXO V - DECLARAÇÕES

1. DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CF

A empresa _____, CNPJ nº. _____, com sede _____ declara, em atendimento ao previsto no edital de Pregão Eletrônico n.º _____ sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de LIMOEIRO DO NORTE, Estado do Ceará, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 79, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho alg., salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

_____, _____ de _____ de 20__.

(assinatura e identificação do responsável pela empresa)

OBS.: Se a empresa possuir menor de 16 (dezesesseis) anos, na condição de aprendiz, desde que maior de 14 (quatorze) anos, deverá declarar essa condição.



224
4

ESTADO DO CEARÁ
Município de Limoeiro do Norte
Prefeitura do Município

2. DECLARAÇÃO DE CONDUITA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o Nº XX.XXX.XXXX/XXXX-XX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, representada pelo seu Representante legalmente constituído, o Sr. (a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX inscrito no CPF sob o Nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado no endereço XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, DECLARA, sob as penas da lei: Que está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome. Que se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis. Que na execução deste Contrato, nem a empresa nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção. A empresa, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que contratada ou sua cliente final terão o direito de realizar procedimento de auditoria para certificar-se da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração. Declara neste ato que: (a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção; (b) tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação, inclusive a possibilidade de rescisão motivada imediata do presente contratual, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades devidas.

....., de de 20....

“

.....

Empresa

.....

Representante